

Editorial

Abrimos a primeira edição de 2014 da *Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos* com 12 artigos que abordam temas vinculados ao nosso Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD). Além do pensamento crítico, uma marca do PPGD e da Revista, procuramos manter a interdisciplinaridade entre o Direito e as demais áreas afins, como sociologia, história e ciência política, o que nos permite a abertura de novos e variados horizontes de investigação jurídica.

Consoante com nossa proposta, apresentamos o primeiro artigo, uma contribuição internacional do Professor Dr. Carlos Humberto Durand Alcántara, da Universidade Autônoma Metropolitana do México, que analisa a possibilidade de se identificar no direito consuetudinário indígena um sistema legal e a formação de um sistema jurídico indígena como um modelo social pluralista de direito.

O segundo aporte, também internacional, vem do Professor Dr. Luigi Lacchè, da Universidade de Macerata – Itália, com uma inserção na história do direito, e analisa o processo de formação do primeiro código penal italiano posterior à unificação política do país, o chamado Código Zanardelli de 1889, e suas influências para a formação da ciência jurídico-penal italiana.

A terceira contribuição é do Professor Dr. Cláudio Brandão, da UFPE-PE, que aponta para a crise pela qual passa o direito penal no tocante à delimitação da tipicidade, apontando para o descompasso entre o legislador e o aplicador do direito penal.

O Professor Dr. Francisco Carlos Duarte, da PUC-PR e a mestrande Isabella Cristina Costa Nacle, da mesma Universidade, discutem o princípio da subsidiariedade como um meio necessário para a promoção do desenvolvimento sustentável na economia brasileira.

A Professora Dra. Salete Oro Boff, da Universidade Meridional, RS e Universidade de Santa Cruz do Sul, RS, e o doutorando Vinícius Borges Fortes, da Faculdade Meridional, RS, apontam para as perspectivas brasileiras na instituição de marcos regulatórios para a governança do ciberespaço, indicando em que medida esses instrumentos normativos são capazes de assegurar a proteção jurídica do direito à privacidade e à inviolabilidade dos dados pessoais.

O Professor Dr. Miguel Etinger de Araújo Junior, da UEL-PR, a Professora Me. Erika Juliana Dmitruk, da mesma Instituição, e o mes-trando João Carlos da Cunha Moura, da UFMA-MA, demonstram a importância econômica do babaçu para a Região do Maranhão e a necessidade de leis de proteção para a atividade de extração dessa palmeira, além disso, no trabalho, eles investigam a formação das quebradeiras de coco como grupo social e o movimento hoje encampado pela subsistência do seu modo de vida e de reprodução social.

O Professor Dr. Luiz Alberto Blanchet, da PUC-PR, e o Professor Dr. Edson Luciani de Oliveira, também da PUC-PR, examinam o sistema constitucional tributário brasileiro com enfoque ambiental, discutindo a tributação de energia com vistas à proteção ambiental pela extrafiscalidade, a exemplo de outros países.

O Professor Dr. Igor Suzano Machado, da UFV-MG, e a Professora Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, da UFMG-MG, abordam, sob a ótica da virtude soberana de Ronald Dworkin, a importância e os limites do Poder Judiciário em delimitar o conteúdo da igualdade no Brasil contemporâneo.

O Professor Dr. Ricardo Sontag, da UNOCHAPECO-SC, analisa historicamente os dois tipos de argumentos contrários ao júri que Roberto Lyra procura refutar, tomando por base o contexto histórico dos debates em torno do papel da ciência jurídico-penal.

A Professora Dra. Maria Cristina Cereser Pezzella, da UNOESC-SC, e a Ms. Michelle Dias Bublitz, da PUC-RS, examinam as formas de se conferir efetividade ao princípio da dignidade da pessoa humana nos vínculos formados sob o manto das relações laborais e do empreendedorismo, na perspectiva da Sociedade da Informação.

O Prof. Dr. Everton das Neves Gonçalves, da UFSC-SC e a Professora Dra. Joana Stelzer também da UFSC-SC, abordam o princípio da eficiência econômico-social delimitando como categoria teórica uma possibilidade distinta de interação econômico-jurídica socialmente inclusora e capacitada para realização de direitos individuais e sociais.

O Professor. Dr. Luiz Otávio Pimentel, da UFSC-SC, e o Professor Dr. Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, da ESMESC-SC, fazem uma análise dos principais direitos de propriedade intelectual de *software* e de padrões de *software*, apontando diferenças entre o proprietário e o livre e fazendo referência às políticas públicas de inovação no Brasil.

Fechamos esta edição agradecendo aos pesquisadores e professores por suas valiosas contribuições e a todos que contribuíram para a realização deste número.

Luiz Henrique Urquhart Cademartori
Editor-chefe

Priscilla Camargo Santos
Editora-assistente